



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Projeto de Parecer relativo à próxima Plenária da ICCAT: Orientações Gerais do CC Sul

Contexto:

Para os Membros do CC Sul, existem inúmeras unidades populacionais cuja gestão cabe à ICCAT e que são da maior importância.

No ano passado, o CC Sul ficou afetado por um prazo disponível demasiado curto entre a publicação dos seus pareceres científicos e a tomada de decisão em Plenária. Os prazos são ainda mais reduzidos no caso de o CC Sul tentar adotar uma decisão antes da reunião tradicionalmente organizada pela Comissão Europeia, num quadro preparatório.

De modo a evitar um envio de recomendações demasiado tardio, o CC Sul pretende, este ano, separar temporalmente o envio das suas ambições gerais - objeto do presente parecer - e as recomendações específicas que serão adotadas no Outono e estabelecidas com base nos trabalhos científicos em curso.

Atum Branco:

O CC Sul lamenta o contexto da negociação do ano passado referente a esta unidade populacional. As perspetivas de adoção de uma regra de exploração paralisaram as discussões sobre os níveis de exploração a decidir a curto prazo. Por esse motivo, o CC Sul recomenda uma melhor visibilidade no calendário de adoção da regra de exploração e, em especial, que o referido calendário autorize claramente uma participação das partes envolvidas.

Relativamente às Possibilidades de Pesca, o CC Sul não entende por que motivo é que foi tomada uma decisão para os próximos 4 anos, quando - no melhor dos casos, já este ano, poderia ser adotada uma regra de exploração. Para além disso, é de lamentar a extrema precaução desta decisão. Para 2017, o nível de 28 000 Tn induzirá um nível de captura correspondente - no melhor dos casos - a 75% do rendimento máximo sustentável. Este nível deverá, para além disso, baixar, no caso de os níveis de TAC para o período (2018 - 2020) serem aplicados, estando a tendência de evolução da biomassa em alta.

O CC Sul recorda que, em primeiro lugar, o objetivo de gestão MSY traduz uma vontade de maximizar as capturas. Sob este prisma, sub-explorar uma unidade populacional não satisfaz mais a questão da otimização do que a sobre-exploração. Seria desejável as oportunidades de pesca permanecerem num intervalo incluído entre 80% e 110% da produção maximizada, sendo que este escalão leva em consideração as incertezas em torno da exploração desta unidade populacional.





6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+ 33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

O CC Sul considera que seria útil estabelecer um novo nível de capturas autorizadas, de 31 000 Tn, correspondente ao antigo valor de Bpme, a título transitório, na pendência da adoção da regra de exploração.

Atum Rabilho:

Aquando da próxima Plenária e, devido a uma alteração do quadro de gestão, desde um plano de recuperação a um plano de gestão, os Membros do CC Sul dão por adquirido que a parte atribuída à União Europeia nas Possibilidades de Pesca desta unidade populacional, será questionada.

O CC Sul faz questão, nesse âmbito, de referir a sua oposição muito firme - por uma questão de princípio - a uma eventual redução dessa parte, por dois motivos principais. Em primeiro lugar, não seria justo que os navios de pesca europeus, que sofreram maioritariamente os efeitos do plano de recuperação não vissem os seus esforços recompensados. Por outro lado, não há atualmente qualquer margem de manobra em França, Espanha e Portugal em matéria de gestão das quotas de atum rabilho, existindo, pelo contrário, pretensões diversas e variadas relativas a aumentos de atribuições. Assim, seria inaceitável, no caso de a recuperação dessa unidade populacional ser confirmada pelos cientistas, que as Possibilidades de Pesca Europeias diminuíssem.

Apesar de totalmente oposto - quanto ao princípio - a uma eventual redução da sua parte na chave de repartição, o CC Sul gostaria, contudo, de especificar determinados requisitos a cumprir, caso viesse a ser necessário:

- Conviria condicionar uma eventual revisão da chave de repartição a um aumento significativo de quota.
- Conviria, para além disso, condicionar a atribuição de partes adicionais aos outros PC apenas acima de um certo nível de biomassa, abaixo do qual a chave atual se aplicaria. É, de facto, importante, prever e prevenir desde já as consequências de uma decisão destas que teria um impacto maior.

Política das barbatanas naturalmente ligadas

O CC Sul continua a acreditar que as tentativas da União destinadas a erradicar o *Finning* a nível internacional, apenas com o auxílio da política das barbatanas naturalmente ligadas, serão difíceis. Esta política só pode legitimamente causar problemas a certas partes envolvidas - problemas esses de ordem logística, ambientais e de segurança, perfeitamente identificados pelas pescarias europeias.

Consequentemente, o CC Sul requer novamente a análise da controlabilidade das soluções alternativas que propôs e mostra-se surpreendido por não ter recebido respostas à correspondência que enviou relativamente a este assunto e que se encontra anexada ao presente parecer.

